ATA DA 47ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO ESPÍRITO SANTO.

No primeiro dia (01) do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, no CRJ de Vitória, - Av. Vitória, 1320 - Ilha de Santa Maria, Vitória - ES, 29051-040, realizou-se a 47ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Juventude do Espírito Santo – CEJUVE. Estando presentes no ato os/as respectivas/os conselheiras / conselheiros **REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Matheus Neves Sacramento (SESPORT) e Sterlayne Phachineth Santos Rosseto (SEAG). **REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:** Angélica Rozário de Arruda (MACUÁ); João Guilherme Simoura Pimenta Vieira (JSB); Sávio de Lima Varejão (FJTB); Kauã Emanuel Effgen Estrella (CURSINHO POPULAR TEREZA DE BENGUELA); Maria Isabel Cardoso (ES HANDEBOL DE PRAIA); Ramon Matheus dos Santos e Silva (GTT); Adriele Nascimento Coelho (CULTURA BETHÂNIA); Luiz Felipe da Silva Gomes (CULTURA BETHÂNIA); Leonardo Azevedo Rodrigues (JUBAC); Lays Hesse Andrade Silva (CUT) e Daniel Costa Côrrea (JUVENTUDE DO AXÉ).

PONTOS DE PAUTAS: 1. Aprovação da ata anterior; 2. Apresentação do Subsecretário Fabricio; 3. Pacto pelas Juventudes; 4. Relatório de atividades do conselho.

Os trabalhos foram abertos pelo presidente Ramon Matheus dos Santos e Silva, que deu as boas-vindas aos presentes e, após verificação de quórum, deu início à reunião. Inicialmente, tratou-se de uma breve inversão da ordem da pauta, ficando a aprovação da ata da reunião anterior para momento posterior.

Logo após, foi destacada a importância do papel do Conselho enquanto articulação entre sociedade civil e poder público, reforçando-se a necessidade de maior participação dos conselheiros nas pautas estratégicas, especialmente diante do contexto de mudança de governo. Na sequência, foi concedida a palavra ao novo Subsecretário de Estado de Políticas para a Juventude, Fabrício, que realizou sua apresentação institucional aos membros do Conselho.

1. Apresentação do Subsecretário

O Subsecretário apresentou sua trajetória profissional, destacando sua formação em Enfermagem e Direito, bem como sua experiência na gestão pública na área da saúde. Explicou que sua nomeação para a Subsecretaria de Políticas para a Juventude ocorreu por critérios técnicos, com o objetivo de fortalecer a estrutura administrativa da Secretaria de Direitos Humanos. Durante sua fala, ressaltou: a importância estratégica do Conselho Estadual de Juventude como órgão de participação social, o compromisso da Subsecretaria em manter diálogo permanente com o Conselho, a transparência das ações desenvolvidas pela gestão e a disponibilidade para participação nas reuniões do CEJUVE e para atendimento das demandas dos conselheiros.

O Subsecretário apresentou informações sobre o processo de transição da gestão dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs), atualmente financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a administração direta do Estado.

Foi esclarecido que: não haverá fechamento dos CRJs em razão da transição, o objetivo é consolidar os equipamentos como política permanente de Estado, serão necessárias adequações administrativas e jurídicas para atender às normas da administração pública e que a transição exigirá reorganização da equipe técnica e substituição gradual da estrutura atualmente vinculada ao BID.

Também foi explicado que existe uma minuta da Política Estadual de Juventude, mas que o texto ainda necessita de aperfeiçoamentos para contemplar aspectos práticos relacionados à gestão, financiamento, estrutura administrativa e manutenção dos CRJs.

Os conselheiros manifestaram preocupação com os impactos da transição, especialmente quanto: ao funcionamento contínuo dos equipamentos, à eventual troca de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ao acompanhamento do processo pelo Conselho e à necessidade de esclarecimentos à sociedade sobre as mudanças.

O Subsecretário esclareceu que o Estado possui recursos financeiros para continuidade dos CRJs e que o principal desafio está na estrutura de recursos humanos necessária para assumir a gestão, além disso as OSCs receberão apoio técnico para adequação às exigências legais e poderão ocorrer substituições de organizações gestoras quando necessário, sem prejuízo da política pública

Também foram discutidas melhorias futuras, como: padronização dos sistemas utilizados pelos CRJs, implantação de sistema único de gestão, melhoria da produção de relatórios e fortalecimento da fiscalização dos contratos.

Foi sugerida a criação de uma **Comissão Provisória** para acompanhar o processo de transição dos CRJs e apresentar devolutivas periódicas ao Conselho.

A proposta será apreciada na próxima reunião ordinária. O Subsecretário colocou a equipe técnica da Secretaria à disposição para realizar, em reunião futura, uma apresentação detalhada sobre o processo de transição e convidou os conselheiros a acompanharem visitas técnicas aos CRJs.

2. Aprovação da ata anterior

Foi colocada em apreciação a ata da reunião anterior.

Foi informado que os documentos haviam sido previamente encaminhados por e-mail, não havendo solicitações de alteração até o momento da reunião. Aberta a oportunidade de manifestação, não houve ressalvas, sendo as atas consideradas aprovadas.

3. Relatório de Atividades do Conselho

Foi apresentada a minuta do Relatório Semestral de Atividades do Conselho.

Durante a discussão foram identificadas informações que necessitam complementação, especialmente quanto: às atividades realizadas no final de 2025, às ações desenvolvidas no primeiro trimestre de 2026, ao planejamento estratégico, à composição das comissões e à inclusão de eventos institucionais não registrados.

Ficou deliberado que os conselheiros encaminharão contribuições adicionais para atualização do documento, que retornará para aprovação na próxima reunião.

Foi debatida a baixa frequência de algumas entidades nas reuniões do Conselho.

A Mesa Diretora informou que realizará contato individual com as entidades com elevado número de ausências para compreender as dificuldades de participação e avaliar possíveis substituições de representantes, priorizando o diálogo antes da adoção de qualquer medida prevista no Regimento Interno.

Também foi discutida a possibilidade de realização de reuniões híbridas como forma de ampliar a participação dos conselheiros do interior do Estado.

Foi informado que a Secretaria enfrenta dificuldades momentâneas relacionadas ao transporte de conselheiros do interior em razão de mudanças administrativas e redução da equipe de motoristas.

A equipe informou que está buscando soluções para regularizar o apoio logístico nas próximas reuniões.

4. Pacto Estadual da Juventude

A Comissão de Políticas Públicas apresentou atualização sobre a construção do novo Pacto Estadual da Juventude para o período eleitoral.

Foi informado que será elaborado formulário eletrônico para consulta pública da juventude capixaba, organizado por eixos temáticos, contemplando propostas voltadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. São os eixos: Cidadania e participação social, educação, trabalho, renda e profissionalização, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação, esporte e lazer, território e mobilidade, meio ambiente, segurança pública e acesso à justiça.

Os conselheiros debateram aspectos metodológicos do formulário, incluindo: identificação dos participantes, campos obrigatórios e opcionais, linguagem mais acessível, estratégias de divulgação e cronograma de consulta pública.

Também foi discutida a necessidade de realizar uma análise comparativa entre o pacto elaborado em anos anteriores e os avanços obtidos nas políticas públicas estaduais.

Ficou definido que o formulário será finalizado pela Comissão e disponibilizado para consulta pública antes da próxima reunião, quando será apresentada uma primeira consolidação das contribuições recebidas.

5. Encaminhamentos finais

Ficaram definidos os seguintes encaminhamentos: atualização do Relatório Semestral de Atividades, realização de contato com entidades com baixa participação, discussão da criação de Comissão Provisória para acompanhamento da transição dos CRJs, continuidade da elaboração do Pacto Estadual da Juventude e a apresentação técnica da Secretaria sobre o processo de transição dos CRJs em reunião futura.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas, com o registro de foto coletiva dos conselheiros presentes. Para constar, eu, Isabelly de Souza Bertolano Pires, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente Ramon Matheus dos Santos e Silva.

Vitória/ES, 20 de junho de 2026.